



Anais da Assembléia

35

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE ABRIL de 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 24.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE ABRIL DE 1987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Hermas Brandão.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental n.37/87,

dispondo que no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança.

Sala das Sessões, em 21.04.87

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 126/85, de autoria do Deputado JOSÉ ANTONIO FONSECA, que cria o município de Diamante D'Oeste, com território desmembrado do município de Matelândia e divisas que especifica.

Sala das Sessões, em 21.04.87

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de envio às demais Comissões, do Projeto de Lei n. 32/87, tendo em vista que o referido Projeto de Lei já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça, Recursos Humanos e Finanças e a imediata inclusão do mesmo na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 21.04.87

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Apoiamto: Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos artigos 35, 64 e 134, § 4.^o, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para o estudo do Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, o qual dispõe que no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos de Taxa de Segurança.

Sala das Sessões, em 21.04.87

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Apoiamto:

Antônio Belinati, Líder do PDT

Erondy Silvério, Líder do PTB

Ezequias Losso, Líder do PL

Pedro Tonelli, Líder do PT

Basílio Zanusso, Líder do PFL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com referência ao requerimento apresentado pelo ilustre Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, com escopo de recurso contra ato desta Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, cumpre-nos registrar, a título de impugnação, as seguintes razões:

1. Preliminarmente, merece análise o fato de que o nobre Deputado recorrente, após indeferida sua pretensão de obter vista do projeto mencionado em seu recurso, participou ativamente da discussão deste, culminando por votar favoravelmente ao Parecer oferecido pelo Deputado relator da matéria.

Ora, a aprovação pelo voto do Parecer do relator constitui-se em renúncia tácita a eventual recurso, eis que se traduz em ato incompatível com a vontade de recorrer conforme princípio elementar de Direito. É de se supor que o nobre Deputado recorrente, ao votar, sem ressalvas, pela aprovação do Parecer, o fez porque havia se assenhoreado suficientemente da matéria, tornando desnecessária a "vista" do processo anteriormente reclamada.

2. Certamente, também, esta Presidência, ao indeferir o pedido de vista, não o fez de maneira antidemocrática, mas no cumprimento do dever de resolver todas as questões de ordem formuladas, impostas pelo artigo 46, alínea "b", "in fine", do Regimento Interno desta Casa.

3. Finalmente, e data venia, a irrequietude do ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela não encontra respaldo na lei: a Mensagem do Executivo n. 32/87, que trata da reforma administrativa, tramita sob o Regime de Urgência.

4. O Regime de Urgência, como tratamento excepcional da proposição legislativa que objetiva a decisão imediata desta, promove, na esteira do artigo 105, do Regimento Interno, a

"dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, ..."

Entre as exigências regimentais dispensadas pelo dispositivo citado encontra-se, evidentemente, a de concessão de vista da proposição, inclusive porque as indispensáveis estão exaustivamente consignadas no texto: o número legal e o parecer.

5. O confronto dos arts. 60, § 8º e 106, "a" do Regimento Interno desta Casa, demonstra, de maneira clara, que a concessão de vista da proposição é incompatível com a tramitação em Regime de Urgência: enquanto a vista do processo deve ser concedida com o prazo de três dias, ou seten-

ta e duas horas (artigo 60, § 8º), a proposição distinguida com a tramitação de urgência deve receber o Parecer da Comissão no prazo final e preclusivo de quarenta e oito horas, pena de figurar na pauta, na forma regimental, sem o parecer, antes de ser incluída na Ordem do Dia (art. 106, "a" e "c").

6. Como não se pode apreciar em quarenta e oito horas o que se encontra com vista por setenta e duas horas, parece irrecusável que a concessão de vista é uma das exigências regimentais dispensadas pelo artigo 105 do Regimento Interno, que trata do Regime de Urgência.

7. Pelo exposto, verifica-se que esta Presidência, ao indeferir o pleito de vista do Projeto de Lei, formulado pelo nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, deu integral cumprimento ao que dispõe o Regimento Interno, no objetivo maior do interesse público que reclamava a imediata apreciação da matéria, expresso no Regime de Urgência com que a Assembléia distinguiu a proposição.

Ademais, Senhor Presidente, o teor da Mensagem n. 32/87, foi publicado integralmente no Diário da Assembléia do dia 02 de abril de 1987 e republicado na íntegra no Diário da Assembléia do dia 03 de abril fluente, portanto, 10 (dez) dias antes de ser apreciado e votado por esta Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J.

Espera, por isto, o desprovimento do recurso.

Sala das Sessões, em 21.04.87

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER da Mesa da Assembléia Legislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento, no último dia 19, do radialista Sérgio Fraga, como era conhecido o Dr. Percy Bostelmann.

O extinto deixa profunda lacuna nos meios de comunicação do Estado, pois atuando no rádio há mais de trinta anos, marcou sua atuação pela responsabilidade, pela dignidade e pelo amor com que sempre exerceu tal mister. Deixa também grande lacuna na sociedade paranaense onde se destacou como profissional e chefe de família responsável.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Votos de Congratulações pelo posicionamento assumido pelo Senador Affonso Camargo, em relação à Ferrovia da Produção.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações e louvor pelo posicionamento do Senador Affonso Camargo contrário à decisão do Governo Federal de construir a Ferrovia da Integração, ligando Brasília ao Maranhão, em detrimento da Ferrovia da Produção, integrando Paranaguá ao Mato Grosso do Sul, e das hidrovias do Araguaia e Tocantins.

A presente moção se justifica, considerando os prejuízos econômicos que advirão ao Paraná e ao Brasil a não realização da construção da Ferrovia da Integração. O que não se justifica pela grande crise econômico-financeira que vive o País.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela passagem do "Dia de Tiradentes", Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná, inspirador dos atos de coragem, bravura, lealdade e do sentimento de amor à Pátria que norteiam a atuação daquela briosa Corporação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Coronel Dirceu Rubens Hatsbach, Comandante da Polícia Militar Estado do Paraná, para que este dê conhecimento desta homenagem a todos os seus comandados.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações pela passagem do "Dia do Patrono" da Polícia Civil do Estado do Paraná.

A escolha de Tiradentes para ser Patrono da Polícia Civil do Estado, deveu-se à similitude do espírito de coragem, lealdade e de elevado sentimento de amor à causa da Pátria que sempre marcaram a vida do herói e norteiam a atuação da Polícia Civil do Estado para garantir a necessária segurança à população paranaense.

Requer, outrossim, que desta decisão se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, para que o mesmo dê conhecimento a todos os compo-

nentes da Polícia Civil, principalmente ao Delegado Luís de Barros e Silva e ao detetive Joaquim Ferreira dos Santos que completa trinta anos de relevantes serviços prestados à Polícia do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Doutor Álvaro Fernandes Dias, ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças Luiz Carlos Jorge Haully, ao Ilustríssimo Senhor João Carlos Finardi, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, bem como ao Doutor Miguel Salomão, Digníssimo Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando em regime de urgência, a implantação de uma agência do BANESTADO, no distrito de Lidianópolis, Município de Jardim Alegre neste Estado.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor João Batista da Silva, Mui Digno Presidente da "Comissão Pró-Emancipação Política" de Lidianópolis.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tendo em vista o ocorrido no dia 10 de abril do corrente, com a transferência da agência do Banco Brasileiro de Descontos S/A., para a sede municipal de Jardim Alegre, Lidianópolis ficou sem nenhuma alternativa para atender sua demanda econômica, tendo para isto, que deslocar toda uma coletividade para outras cidades da região.

Distrito altamente promissor, contando atualmente com cerca de quatro mil e quinhentos eleitores, uma população estimada em mais de dez mil habitantes, Lidianópolis se orgulha em ser uma das maiores fontes de renda do Município.

É inadmissível, portanto, que o morador que reside a aproximadamente 20 km do Distrito, tenha agora que deslocar-se mais de 40 km para realizar seus negócios bancários, como recolhimento de taxas de luz, água, obrigações sociais, talões de cheques, financiamentos e uma infinidade de serviços que uma agência bancária pode oferecer.

Além do mais, Lidianópolis é uma região possuidora de uma supina agricultura e de uma invejável rede comercial altamente favorável, podendo oferecer até três mil clientes à nova agência, ainda em seu

primeiro ano de atividades, pelo que contamos com o precioso apoio dos nobres Parlamentares.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR- Telecomunicações do Paraná S.A., solicitando o estudo para instalação de aparelho telefônico público, tipo orelhão na Vila São Francisco, localizada no perímetro urbano de Guaíra.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

Por falta da instalação desse aparelho telefônico, na Vila São Francisco, os Municípios se encontram isolados, sem meios de comunicação com o centro da cidade, não podendo assim, verem atendidas suas constantes necessidades.

Pedimos, então, encarecidamente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, para que determine essa instalação o mais breve possível, pois este benefício há muito está sendo esperado por parte da população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado à FEBRABAN- Federação Brasileira dos Bancos, expediente manifestando o apoio desta Casa às reivindicações feitas pelos agricultores àquela Federação, quando solicitam prorrogação por cento e vinte dias das condições prevaletentes na vigência da Resolução n. 1.131, do Banco Central (10% de juros anuais, sem correção monetária).

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Federação da Agricultura, e à OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A situação de insolvência de um bom número de agricultores é consequência do desajustamento da economia ocorrido entre o plantio e a colheita do ano agrícola de 1986/1987, que transformou os encargos financeiros, à época plenamente suportáveis, em condições que inviabilizam o empreendimento agropecuário e condenam à insolvência significativa parcela da classe produtora.

A cobrança da correção monetária aca-

bou levando uma boa parte dos agricultores à inadimplência, pois, mudaram-se os critérios em função de fatores alheios ao seu conhecimento. Agora, a despeito de terem trabalhado árdua e eficientemente, não conseguem liquidar esses financiamentos.

Por isso, é que foi feito o pedido para que os bancos levem em consideração a real situação do produtor e não usem a crise como motivo para puni-lo e alijá-lo da atividade econômica que aprendeu a exercer com esforço e dignidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos urgentes sobre a possibilidade de pavimentação asfáltica no trecho entre Bandeirante ao Distrito de Doutor Oliveira Castro, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade guairense, há muito tempo vem solicitando essa pavimentação asfáltica, mas até o momento nenhuma resposta foi dada pelos órgãos responsáveis. O Distrito de Oliveira Castro conta hoje, com aproximadamente dois mil habitantes. Está em pleno processo de desenvolvimento, já contando, inclusive com uma Cooperativa para armazenamento da produção agrícola de uma parcela do município. Essa pavimentação asfáltica só viria ao encontro de uma grande aspiração dos agricultores que diariamente, percorrem esse trajeto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos transportes, HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a pavimentação do trecho que liga Cianorte ao Distrito de Vidigal, numa extensão de 12 km, sem obras de arte.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Após a criação do Distrito Administrativo de Vidigal- Lei n. 7942, Diário Oficial 1911, de 20.11.84, ocorreu um grande desenvolvimento local, principalmente no setor agropecuário, havendo necessidade de melhorias na estrada, visando o escoamento da safra agrícola, uma vez que o Distrito tem atividades voltadas para as culturas de arroz, feijão, café, soja, trigo e pe-

cuária.

Com a intensificação do setor agropecuário e sua conseqüente mecanização, é alto o número de máquinas agrícolas, bem como veículos pesados, de porte médio e pequeno, que trafegam constantemente no trecho com destino a Cianorte.

Ocorre ainda, diariamente, o transporte de professores de Cianorte que lecionam em Vidigal, havendo muitas dificuldades de tráfego durante os períodos de chuva, em virtude da precariedade da estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Roque Robinson Piráguine, Diretor-Presidente da SANEPAR, através do Excelentíssimo Senhor Ary Veloso Queiroz, Digníssimo Secretário de Estado do Interior, solicitando a construção de um poço artesiano na sede do Distrito de Goioxim, Município de Cantagalo.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Procurando zelar pela saúde dos moradores da localidade de Goioxim, e principalmente para os duzentos alunos que frequentam a escola existente, o presente requerimento baseia-se na reivindicação formalizada pelo Vereador Carlos de Souza Pedroso, do Município de Cantagalo, solicitando a construção de um poço artesiano no referido Distrito.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Digníssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Superintendente Estadual da L.B.A. - Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Jesus Menino" da Cidade de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Jesus Menino" realiza um ótimo trabalho no atendimento às crianças carentes do referido município, mas necessita de apoio para continuar esse trabalho, reconhecido por toda a comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município vem realizando um ótimo trabalho no atendimento e assistência aos trabalhadores rurais daquela região, necessitando, porém, de auxílio financeiro para continuar suas atividades de forma a prestar melhor atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando gêneros alimentícios para serem distribuídos pelo Posto de Saúde da Cidade de Boa Esperança à população carente daquele município.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o município que depende, exclusivamente da agricultura local, tem sido grande o número de trabalhadores "bóias frias" desempregados, que necessitam de gêneros alimentícios, através de distribuição pelo Posto de Saúde de Boa Esperança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Hervig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Vila Paraíso, (Município de São João), ao recém-criado Município de Sulina.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) LAURO ANCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de levar o progresso àquela região próspe-

ra e produtiva, anseio das duas comunidades, sedentas de benefícios oriundos do Poder Público Estadual, para a arrancada decisiva de sua emancipação econômica, por ser uma zona essencialmente agrícola e de outras atividades economicamente em ascensão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento da estrada que liga o município de São João do Distrito de Dois Irmãos, no mesmo município.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, tem como base a produção agrícola da região, que facilitará seu escoamento aos centros de comercialização, bem como, satisfazer os anseios da comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de expedientes aos Senhores Presidente da República e Ministro dos Transportes, onde manifesta o desagrado do povo do Paraná face às medidas recentemente anunciadas da construção de ferrovia que interligará os Estados de Goiás ao do Maranhão, em detrimento da "Ferrovia da Produção", no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Constitui-se no mínimo, em fato estranhável a divulgação de construção de ferrovia, a ser realizada através do Ministério dos Transportes interligando, por via férrea, os Estados de Goiás e Maranhão.

Considerando a importância e a primazia da concretização final da "Ferrovia da Produção" já em andamento no Estado do Paraná, ferrovia esta cuja construção atenderá não somente aos interesses do nosso Estado, mas, principalmente, aos interesses de toda uma vasta região produtora do País. Tal medida, ao invés de contribuir para o aumento da crise em que hoje vivemos, contribuirá de forma efetiva e substancial para o crescimento e o tão desejado desenvolvimento da Nação, fazendo com que, ao discutirmos no contexto internacional os interesses do Brasil, venhamos a merecer o mais justo acatamento, bem como maior dose de confiabilidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o asfaltamento ligando a PR-281 à localidade de Flor da Serra, passando pelo Distrito de Ouro Verde (Município de São João).

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, vem atender os reclamos dos habitantes daquela região, que desejam ser servidos por rodovia asfaltada para escoarem seus produtos agrícolas aos centros de comercialização, portanto, levando o progresso às comunidades sedentas de obras do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de correspondência, ao Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos Magalhães, Digníssimo Ministro de Estado das Comunicações, solicitando providências legais no sentido de proibir a veiculação de propagandas de cigarros e bebidas, nos canais de televisão.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem o objetivo primordial de apresentar sugestões ao Senhor Ministro das Comunicações para expurgar a veiculação de propaganda televisada de cigarros e bebidas. Esse procedimento vem de encontro aos anseios de todos os segmentos da sociedade que desejam a eliminação de tais tipos de propagandas nocivas às crianças e jovens em formação intelectual, poluindo a mente da juventude.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor HEINZ GEORG HERWIG, a seguinte solicitação:

- Levantamento topográfico e consequente pavimentação asfáltica dos seguintes trechos, no município de Altônia - Paraná.

a) - Distrito de Jardim Paredão à localidade de Cerâmica, ligando-os à sede do

Município, numa extensão de 23 Km.

b) - Distrito de São José à Localidade Pé de Galinha, ligando-os à Rodovia Altônia - Pérola, numa extensão de 7 Km.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada justifica-se pelo fato de que as referidas vias de tráfego de veículos não oferecem condições favoráveis de trânsito, principalmente nas épocas de chuvas, quando se formam inúmeras bacias ao longo de todo o seu leito carroçável, dificultando em muito o escoamento das safras, o que redundará em grandes prejuízos, visto ser aquela região responsável por significativa parcela da produção agrícola do Paraná, sendo um de seus principais pólos de cultura de café.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias e à Presidência da COPASA, a solicitação apresentada pelo Município de Altônia - Paraná, a seguir:

- Construção de Armazéns, que serão destinados à estocagem da produção de café e outros cereais da região de Altônia - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A região de Altônia caracteriza-se, no Paraná, pela posição de vanguarda na produção de café, ou seja, é uma das maiores produtoras do Estado; e em proporções menores, mas em quantidades significativas, de outros cereais.

Já há vários anos, as safras da região têm suportado enormes prejuízos, face à inexistência de condições de armazenamento da produção.

Inúmeras gestões têm sido desenvolvidas junto aos órgãos responsáveis com o intuito de superar essa deficiência inclusive, por meio de projetos correspondentes que já foram anteriormente encaminhados à COPASA; pela urgência de atendimento que o problema requer. Todavia, não obstante o considerável lapso de tempo passado, até o momento não se obteve resposta daquele órgão.

Pelo que representa para a economia paranaense, não mais pode ser protelada a solução do impasse, motivo pelo qual urge sejam tomadas medidas concretas e efetivas, visando a superação dessa dificuldade, de forma a propiciar a garantia de

condições adequadas de armazenamento dos produtos e, conseqüentemente, evitar-se a recidiva dos prejuízos sofridos pelos produtores da região, com reflexos negativos à economia do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiada ao ilustre Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, bem como ao ilustre Secretário de Estado Especial para os Esportes, Senhor Edson Gracia, a solicitação dos Senhores Vereadores à Câmara Municipal de Kaloré - Paraná:

- solicitem seja estudada a possibilidade de se obter a liberação de recursos, que serão destinados à aquisição de terreno para construção de um campo de futebol no município.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação dos nobres Vereadores justifica-se pelo fato de que o Município não possui um local destinado à construção de um campo de futebol, a ser frequentado por amadores, times juvenis e outros, pois que o único campo de futebol existente encontra-se à disposição da equipe que representa o Município, não restando aos demais a oportunidade de usufruir do referido lazer.

Além disso, em um município pequeno como Kaloré, o tipo de lazer mais apreciado é o futebol, razão pela qual é solicitada a construção de mais um campo; o que viria ao encontro das reiteradas reivindicações da população local, que poderia contar com mais este benefício na área do lazer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando o empenho e gestões junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, DNER, no sentido de providências para conclusão do acostamento da BR-376 - Rodovia do Café, situado entre o quilômetro 234 ao 248.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem sua origem nos constantes apelos formulados pelos mais diversos segmentos da sociedade prin-

cesina e municípios vizinhos, lideranças políticas, particulares, etc., num esforço conjunto para sensibilizar as autoridades competentes para uma tomada de posição, com a brevidade que o caso requer, em relação a este sério problema pendente, visto que está a oferecer toda sorte de risco à vida humana.

Não são raros os acidentes ali ocorridos, onde vidas, quando não ceifadas, são mutiladas, acentuando-se esse quadro de tragédias dia a dia.

Diante do exposto, urge por merecer a situação, providências imediatas, pois que, constituindo-se a BR-376 rodovia integrante do Corredor da Exportação, é inadmissível que apresente ao usuário riscos dessa natureza.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a A.P.P. da Cidade de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.P. de Roncador necessita de auxílio financeiro para melhorar seus trabalhos naquela comunidade. O excelente trabalho desenvolvido com espírito cristão pela referida entidade é uma grande contribuição ao bem público e à comunidade atendida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Roberto Santos, Ministro da Saúde, e ao Deputado Carlos Santana, Líder do Governo na Câmara, manifestando nosso apoio à carta e ao documento encaminhado pelos Diretores da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Ao mesmo tempo, REQUER a transcrição nos Anais desta Assembléia da carta elaborada por esses Diretores.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em anexo, carta e documento elaborados pelos Diretores da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 043/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, com sede e foro no município de Paraíso do Norte, neste Estado.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.04.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Santa Terezinha, fundada em 08 de março de 1985, vem desde a sua instalação servindo de forma comunitária à toda a área limítrofe de sua região. Seus principais objetivos não são outros senão o de servir bem toda a sua comunidade, debatendo com ela, os problemas a serem enfrentados, bem como dividindo de forma humana todos os momentos felizes, almejados por todos, sem distinção de cor, religião ou nacionalidade.

Deste modo, entendemos que por ser aquela Associação, um exemplo de força de vontade, sempre voltada para o bem social e ao bem-estar geral de todos aqueles moradores, é que vimos declará-la de Utilidade Pública, com o único objetivo de estimular a todas as outras comunidades a se unirem deste modo, constituindo-se, assim em uma maneira prática de enfrentar os problemas sociais do nosso dia a dia.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Consulto o Sr. Deputado Pedro Tonelli, se fará uso da palavra. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra por trinta minutos, ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna para, em meio a vários assuntos a serem abordados hoje, um deles, o que diz respeito à data de hoje, 21 de abril. (Lê):

"A evolução do mundo, da sociedade e dos costumes, aos poucos vão mudando a própria história.

Durante quase duzentos anos, o Brasil lembrou com respeito e patriotismo o dia 21 de abril - que foi marcado pelo sacrifício de Tiradentes que, por acreditar que era possível tirar o povo brasileiro do desespero, da opressão e da miséria, acabou pagando com a morte na forca, o seu ideal de patriota. Isto foi em 1789.

De lá para cá muita água correu. Mas, o sonho de liberdade de Tiradentes continua vivo até hoje.

Dentro do seu sonho, do seu ideal LIBERTÁRIO muitas vitórias, muitas conquistas.

tas de liberdade foram geradas; como a INDEPENDÊNCIA do Brasil, e a PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

Há dois anos atrás, vivíamos o sonho e a tragédia causada pela ASCENÇÃO e morte de Tancredo Neves.

Todos estão bem lembrados da tristeza que tomou conta do povo brasileiro pela morte de Tancredo Neves - o líder que surgia num momento crucial para o País e que representava a esperança de melhores dias. O sofrimento e a morte de Tancredo conseguiram unir o povo brasileiro num grande anseio de conciliação, de amor e de esperança.

Nós, que tivemos a oportunidade de cobrir as solenidades fúnebres da morte do Presidente que não conseguiu chegar à Presidência, sentimos vivamente o Brasil crescendo na fé em Deus e ali também tivemos esperança de que o exemplo deixado pelo líder que se ia, poderia frutificar e trazer bons frutos para o Brasil.

Duzentos anos se passaram da morte de Tiradentes, que tornou-se o Patrono das Polícias do Brasil.

Polícias, civil e militar que no exemplo do Mártir da Independência, devem procurar um rumo para a missão que lhes é imposta, de conduzir este País, pelos caminhos da segurança.

De Tancredo, do seu sonho, e do seu ideal de liberdade para o povo brasileiro, dois anos se passaram e com saudades lembramos as palavras sábias do simpático que com tanta ÊNFASE e amor dizia:

"Não vejo como fazer política sem risco. Estão SUBESTIMANDO A PACIÊNCIA DO POVO BRASILEIRO. Há um limite para o sofrimento e para a agonia cívica dessa gente".

"A grande tarefa do Governo deve ser a retomada do crescimento econômico, indispensável para a criação de novos empregos e justa remuneração do trabalhador e a melhor distribuição da renda nacional".

E, dentro da CLARIVIDÊNCIA de todo líder, profetizava o Presidente Tancredo Neves:

"O primeiro passo para o engajamento da sociedade brasileira na luta comum contra inflação está na reconquista da credibilidade do Governo junto à opinião pública.

Para tanto, o Governo terá de ser exemplar em matéria de austeridade e competência. Sem o voto de confiança do povo brasileiro na administração da Nova República, as medidas econômicas voltadas para o controle da inflação, ainda que medidas tecnicamente corretas, estarão condenadas ao fracasso".

21 de abril de 1789, ou de 1985. Duzentos ou dois anos e cá estamos nós, o povo brasileiro, ansiando pela vinda de outros Tiradentes ou Tancredos para que

possam salvar este Brasil tão grande e rico do caos econômico, da opressão democrática de uma política mal conduzida.

A situação caótica em que vive hoje a Nação, num regime que não consegue suprimir a miséria, dia-a-dia aumenta a desigualdade de condições do povo. Dia-a-dia, vemos poucos se tornando mais ricos e muitos se tornando mais miseráveis.

A origem de nossos males continua sendo: exploração do Brasil pelos estrangeiros - os juros dos banqueiros a falta de trabalho, a exploração do homem pelo próprio homem causam o caos em que vivemos, e a falta de esperanças de que a austeridade e a dignidade pregadas por Tiradentes e Tancredo, um dia possam ser instrumentos usados pelos homens públicos, pelo governo da nova República.

Mas, de qualquer forma, fica aqui nossa homenagem a estes dois grandes brasileiros, fica nossa homenagem à Polícia Militar e Civil e também fica a certeza de brasileiro e de representante do povo, que somos, de que o sonho e o ideal de liberdade de Tiradentes e de Tancredo, não de continuar vivos, iluminando e incentivando esta Nação a buscar o seu caminho de paz, de liberdade e de democracia".

Quero também, ao usar a tribuna neste dia 21 de abril, mais uma vez voltar ao assunto da Ferrovia da Soja ou da Ferrovia da Produção e ler aqui desta tribuna, o artigo escrito no "Correio de Notícias", pelo jornalista Renato Schaitza, que retrata bem o compromisso que foi assumido com o Governo Federal e que neste momento, também quero cumprimentar o Senador Affonso Camargo, que vem em defesa desta Ferrovia, prometendo até uma ação judicial contra a construção da Ferrovia da Integração.

Mas, o artigo de Renato Schaitza, é o seguinte (Lê):

"Ferrovia do Coco Verde.

O amiguinho Lício não decidia qual fazer.

Se um judas do Sarney, ou um judas do Funaro. Terminou com um boneco comprido e fino, bigode de escovão. Batizou de Sarnaro e tocou fogo. Quando as bestas e as crianças enxergam certas coisas, elas levam a bênção de Deus.

Nada é mais criminoso, contra um povo pobre, que lhe desperdiçar o dinheiro pouco. É o que o Presidente Sarney quer fazer. Ou pior já fez. Assinou decreto mandando construir três ferrovias no amado Nordeste, uma delas ao custo de 2,5 bilhões de dólares, ligando Goiás ao Maranhão.

O Senador Affonso Camargo é um dos inconformados com a generosidade maranhense com o dinheiro dos brasileiros.

Está disposto a ir até o Judiciário para anular o Decreto presidencial, ou

sustar os seus efeitos. Nenhuma das obras está incluída no Plano Nacional de Transporte, aprovado pelo Congresso.

O Presidente quer fazer ferrovias caríssimas onde não existe carga para transportar. Vejam este Brasil, que triste sina. Invocam a democracia, mudam os homens, mas os governantes não desistem de administrar por decreto, ato de mando de reis e déspotas.

Affonso Camargo sabe o que critica. Até pouco tempo era Ministro dos Transportes, está ciente da inutilidade dessas ferrovias ante a prioridade de outras. Compara com a Ferrovia do Aço, obra que abocanhou gulosa boa parte de nossa dívida externa.

Não serve para nada, só para moer dinheiro nos trilhos, mero capricho do então vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, para distribuir serviço a empreiteiros.

Quando o brasileiro enxergar uma luz no fim do túnel, será um trem veloz chegando para atropelar.

O Paraná tem uma reivindicação que não é dele sozinho. Pertence à Nação inteira, está em prioridade um, tem significado importante para a Economia brasileira. Uma reivindicação antiga que data de 1883, quando foi cogitada uma ferrovia ligando Paranaguá às fronteiras com Argentina e Paraguai.

Nosso Estado é o maior produtor de grãos para exportação do País. Essa ferrovia permitiria baixo custo de fretes, dando competitividade aos produtos agrícolas brasileiros.

No Governo de Ney Braga, essa Ferrovia foi reivindicada com o nome de Ferrovia da Soja; perdeu para a Ferrovia do Aço e os caprichos de Aureliano Chaves. Agora voltou na Nova República, como invenção, sob o nome de Ferrovia da Produção.

O batismo mais abrangente é justo. Atingiria Guaíra, cruzando Oeste e sudoeste. Um braço até o Mato Grosso do Sul abriria para a mais nova fronteira agrícola do País, o Porto exportador de Paranaguá. Se interessasse ao Paraguai - e interessa - ficaria a seu encargo construir um segmento ferroviário até Assunção.

O custo da obra já foi levantado pela Companhia Vale do Rio Doce em projeto de viabilidade: 1,6 bilhão de dólares. Um dinheiro de retorno rápido com lucro. Aqui existe carga, nos dois sentidos, coisa que não acontece no trajeto Goiás-Maranhão.

Está Ferrovia do Aço alguns números justificam a não construção desta ferrovia, mas a Ferrovia da Produção. E estes dados foram aqui demonstrados nesta Casa. Eu mesmo tive oportunidade de trazer detalhes, abrindo o debate com relação à Ferrovia da Produção ou Ferrovia da Soja. E o

companheiro, Deputado Caíto Quintana, num pronunciamento bastante importante, trouxe inúmeros detalhes para alertar esta Casa da necessidade que temos nós Parlamentares, independente de cores partidárias, a levantar a bandeira desta Ferrovia. É importante para o Estado e importante para a Nação também.

"Os produtos agrícolas chegariam ao Porto seis vezes mais baratos que se fossem transportados como são hoje pelas rodovias".

Está aí a BR-277 completamente congestionada com filas de até 15 km de caminhões parados e com isso, encarecendo mais ainda o valor do frete, não tendo condições que o Porto de Paranaguá possa desafogar no sentido de mandar essa produção toda para o Exterior.

"A produção Paraná-Mato Grosso do Sul é estimada em 16 milhões de toneladas. O interesse da Vale do Rio Doce está nas jazidas de manganês e ferro do Mato Grosso do Sul: 91 milhões de toneladas. A carga de retorno, além de industrializada, seria de calcário, cujo baixo custo teria efeito na produtividade na região de consumo.

O Deputado Erondy Silvério acha que é muito pouco falar das qualidades da obra. O Paraná precisa brigar. Essa não é uma peleja regional, é um protesto brasileiro contra um capricho de um Presidente para desperdiçar dinheiro público.

É necessário-repito mais uma vez, da luta de todos nós Parlamentares, a respeito da Ferrovia da Produção.

Também a "Gazeta do Povo" traz, no editorial, uma matéria importantíssima a respeito da ferrovia: "As pontas dos trilhos estão ali, em Guarapuava. Quantos quilômetros faltam até as barrancas do Rio Paraná? Na dependência do traçado, serão trezentos, trezentos e cinquenta, talvez quatrocentos quilômetros.

O Presidente Sarney, assinou decreto autorizando a construção de duas ferrovias, a "Norte-Sul" e a "Leste-Oeste", respectivamente, com 1.600 km e 1.500 km., com um total, portanto, de 3.100 km., envolvendo recursos de US\$ 2,4 bilhões, ou cerca de 40 bilhões de cruzados.

Nunca se viu nenhum clamor regional que se debatesse como reclamo a nível nacional, em favor dessas duas estradas de ferro que deverão ligar o Maranhão até Goiás, no sentido setentrional para o Sul e de Vitória (Espírito Santo) até Vilhena, em Rondônia, num direcionamento Leste-Oeste.

O Paraná deseja, há decênios, a sua Ferrovia da Produção, o equivalente no caso - a cerca de 10% do total dos trilhos dessas vias que, em face do decreto presidencial, a empresa Valec-Engenharia e Construções Ltda., do Ministério dos

Transportes, iniciará no dia 1.º de junho, com previsão para ser concluída dentro de dois anos e meio.

E como ficam os nossos sonhos, as lutas paranaenses de décadas, em favor da "Ferrovia da Produção". Já estão naufragados?

O Engenheiro Paulo Vivacqua, presidente da VALEC, disse que as novas ferrovias serão as primeiras dessa empresa ferroviária, com data, inclusive, para o início de operação para fevereiro de 1990. E quem pode dizer quando, por exemplo, levaremos os trilhos de Guarapuava até o nosso "grande rio", podendo distender-se até o Norte da Argentina, o Sul de Mato Grosso e prolongar-se ao ponto de alcançar Assunção? Há uma escuridão de breu em torno desse nosso propósito. Pretensão que se há de somar exemplo, com a agudeza de uma outra realidade que se evidencia na interrupção das obras do novo traçado entre Curitiba e Paranaguá. Ninguém desconhece que ele existe. Não só existe no papel como já pulou para o plano da realidade, já que várias obras foram concretizadas, inclusive, viadutos e outras realizações de arte, que estão sendo erodidas pelas chuvas, pelos ventos e pelo mato.

Interrompemos um trabalho, estamos perdendo muito dinheiro público gasto em realizações levadas a efeito, enquanto nosso sistema ferroviário entre o primeiro planalto e o litoral sofre um "gargalo" que é tão mais difícil quando, agora, se sabe que os trilhos atuais estão suportando (talvez até precariamente) nada menos do que vinte e oito composições diárias..."

E nós alertamos aqui desta tribuna para a atual situação em que se encontra este trecho. E não sei não, Senhores Parlamentares, se este trecho em precárias condições não está já condenado pela perícia que foi realizada.

"... é uma situação bastante difícil que alcança o inconcebível. Paralisamos obras que estavam sendo executadas por alegadas razões de falta de recursos que, se alcançados, poderiam anular o "gargalo" ferroviário entre a Capital e o principal porto marítimo do Paraná. De igual maneira, foram deixados em compasso de espera os trabalhos de distensão dos trilhos de Guarapuava até o Rio Paraná. Enquanto toda esta triste situação se verifica, anuncia-se, nacionalmente, que o País terá duas novas ferrovias, com extensão total de 3.100 km, certamente, atravessando regiões que não têm hoje, um átomo da densidade econômica do que se registra presentemente, no terceiro planalto paranaense, em Guarapuava, até a suave descida em direção do nosso rio-fronteira com o Paraguai.

Joguemos o problema para dentro de

dois anos e meio, se as duas novas ferrovias forem efetivamente concluídas o que se pode perguntar é se terão economicidade, base de sustentação para a permanência da operacionalidade desses segmentos. No caso do Paraná, se 10% da extensão desses trilhos que nos fariam chegar até o Rio, fossem assentados, haveria lastro rentável para um transporte de massa agrícola que tornaria o empreendimento com condições de, rapidamente, recuperar-se o capital empregado.

A lógica dos fatos que se nos parece tão translucidamente clara, torna difícil, extremamente difícil a compreensão do que vem ocorrendo. O Poder Central manda construir em dois anos e meio, três mil e cem quilômetros de trilhos, por áreas de muita escassa densidade econômica e populacional. Deixa-se que se afunde o nosso sonho da Ferrovia da Produção e desatenta-se também, aos nossos interesses diplomáticos de oferecer, por esta estrada-de-ferro, opções econômicas para o Paraguai e Norte da Argentina.

Como diriam os portugueses antigos. "É d'escrachar". Ou, se preferirmos a ironia de Eça: "É de derreter os untos..."

São artigos publicados em dois importantes órgãos da imprensa da nossa Capital - a "Gazeta do Povo" e o "Correio de Notícias", que dizem bem da luta que nós Parlamentares, repito mais uma vez, independente de cores partidárias, deveremos lutar e ao lado até, vejam bem, do Senador Affonso Camargo que promete até uma ação judicial contra a Presidência da República caso venha a se concretizar a construção dessas duas ferrovias e não venha a ser construída a nossa Ferrovia da Produção.

É preciso que todos nós levantemos essa bandeira, como já disse aqui o Deputado Caíto Quintana, no seu último pronunciamento, trazendo dados importantíssimos a respeito da Ferrovia. Nós também procuramos trazer aqui a nossa colaboração. Fizemos aqui um pronunciamento, dando números, levantamentos que foram feitos e dizendo da precariedade que se apresenta hoje o traçado Curitiba-Paranaguá, mas, principalmente, na Serra do Mar, onde até perícias já foram feitas e segundo informações, este trecho estaria condenado. Recentemente um desastre aconteceu, cinco ou seis vagões de carga despencaram pela ribanceira, e, pergunta-se: "Até hoje a Rede Ferroviária Federal retirou da ribanceira estes vagões?" Não, porque a hora que for mexer e retirar de lá esses vagões, terá que paralisar todo o tráfego ferroviário através desse trecho.

Daí porque a nossa luta, a importância que damos e a necessidade da construção do segundo trecho Curitiba-Paranaguá.

É essa a nossa posição e nós queremos

agradecer a atenção dos Senhores Deputados para com o nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Terminado o horário do Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDT. Com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em nome da Liderança do PDT, temos a honra de comunicar a esta Casa de Leis a realização, nesta semana, em Brasília, de uma importante reunião a nível nacional do nosso Partido PDT.

Ali estarão presentes Deputados Estaduais, Federais, Senadores e o ex-Governador Leonel Brizola. O objetivo é traçar as metas do PDT, para o início de uma grande campanha nacional visando mobilizar a opinião pública em torno da realização de "Diretas Já", para Presidente da República.

É sabido que o PDT prega diretas para a Presidência da República, não apenas neste momento em que o barco do Governo naufragou. Faz parte do ideário político e do programa do meu Partido, o PDT, a luta pelas "Diretas Já".

E é importante, para todos nós, para a busca de uma solução para esta séria crise que o Brasil atravessa, que o povo brasileiro seja chamado a dar a sua participação, a manifestar-se, através do voto nas urnas, elegendo um Governo democrático.

Nós sabemos que o objetivo da "Nova República" é conduzir o Brasil pelo caminho da democracia. Mas, ninguém pode negar, também, e até já foi ventilado na própria imprensa, que o único biônico hoje no Brasil, o único que não foi eleito por ninguém, através do voto popular, mas sim, através de um colégio eleitoral, é exatamente a autoridade maior, o Presidente José Sarney. E é sabido que o povo brasileiro não mudou o seu desejo de eleger, na urna, o novo mandatário da Nação brasileira.

Por esta razão, amanhã e depois, em Brasília, o PDT estará com as suas lideranças neste grande conclave, visando debater os graves e sérios problemas que estão angustando, causando até o desespero a mais de cento e trinta milhões de brasileiros e, por entendermos que somente através do voto na urna, com eleição de um Presidente da República escolhido por todos os brasileiros, é que o País poderá superar este seu triste e quem sabe, pior momento de sua história.

É este o PDT, Senhor Presidente, Senhores Deputados que estará lá na Capital da República a dizer a todo o Brasil,

através de suas lideranças, que o desejo de todos nós é a convocação de "Diretas, Já" para Presidente.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PFL.

(Pausa).

Ausente, consulto à Liderança do PL.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso por oito minutos e trinta segundos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Apesar das negociações a nível federal e estadual que beneficiaram um bom número de agricultores, a situação no campo ainda é de insolvência, pois o desajustamento da economia ocorrido entre o plantio e a colheita do ano agrícola de 1986/1987, transformou os encargos financeiros, à época plenamente suportáveis, em condições que inviabilizam o empreendimento agropecuário e condenam à insolvência, significativa parcela da classe produtora.

Foi por isso que no último dia 7 de abril, a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira esteve reunida, tendo como representantes do Paraná a Federação da Agricultura e a Organização das Cooperativas.

Na reunião acabou sendo decidido o envio de um ofício solicitando à Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN, a compreensão para que o problema seja solucionado sem maiores traumas.

Em primeiro lugar o documento explicava que os contratos firmados durante o Plano Cruzado I não previam, pelo menos por parte dos produtores, a correção monetária, uma vez que o Governo havia anunciado o fim desta medida. Baseando-se nesta lógica, os produtores que realizaram financiamentos, no período de 1º de março de 1986 a 28 de fevereiro de 1987, fizeram um determinado cálculo sobre a sua capacidade de suportar os encargos financeiros, que é diferente do que hoje é adotado pelo Banco. A cobrança da correção monetária acabou levando uma boa parte dos agricultores à inadimplência, pois mudaram-se os critérios em função de fatores alheios ao seu conhecimento. Agora, a despeito de terem trabalhado árdua e eficientemente, não conseguem liquidar estes financiamentos, é por isso que foi feito o pedido de que Bancos levem em consideração a real situação do produtor, e não usem a crise como motivo para puní-los e alijá-los da atividade econômica que aprenderam a exercer com esforço e dignidade.

Como Deputado de um Estado cuja principal atividade é a agricultura, preocupo-me com a situação, e apelo aos bancos oficiais para que sejam sensíveis ao problema, mas acima de tudo, apelo ao Banco particular da nossa terra, o BAMERINDUS, para que não haja aqui a destruição da "galinha dos ovos de ouro".

O que os agricultores estão pedindo não é calote, mas, apenas, um tempo para que possam colocar seus negócios em ordem, com juros razoáveis.

No ofício feito à FEBRABAN os produtores rurais pediram apenas a prorrogação, por cento e vinte dias, das condições prevaletentes na vigência da Resolução n. 1131, do Banco Central, ou seja, 10% de juros anuais, sem correção monetária, para todos os financiamentos realizados previamente, a 28 de fevereiro de 1987, condicionado à liquidação dos contratos, neste prazo, e no caso de insolvência, suspensão das execuções em curso e renegociação, caso a caso, estudando-se prazos e custos financeiros adequados à capacidade de pagamento do mutuário, sem exigências que envolvam sua descapitalização no período pactuado.

Por isso, estamos requerendo, nesta sessão, o envio de expediente à FEBRABAN, para que seja manifesto o apoio desta Casa, às reivindicações justas dos agricultores paranaenses!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta à Liderança do PT, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli, Líder da sua Bancada, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas Parlamentares desta Casa e demais pessoas aqui presentes.

Nós estamos, a cada dia, sentindo que no barco brasileiro cada vez mais entra água e água suja.

O desafio, neste momento, como foi muito bem dito aqui pelos representantes do PDT em seus pronunciamentos, Deputados Algaci Túlio e Antônio Belinati, a perspectiva é de se construir uma nova força que assuma, comande e comece a fechar os furos deste barco e passe a remar para ver se ele continua andando.

Este fim de semana, durante estes sete dias de intervalo nas atividades da Casa, estive em contato permanente com os companheiros rurais, principalmente do Leste, e do Sudoeste do Estado. Lamentavelmente, eles continuam na situação muito bem descrita aqui pelo Deputado Ezequias Losso, que é de insolvência, de falência decreta-

da. Eles estão à espera de um milagre que possa acontecer no dia de hoje, um milagre já anunciado pela imprensa, por meio do qual o Governo Federal tenta reanimar as pequenas empresas, o pequeno comércio, a pequena indústria, a classe produtora e a classe trabalhadora rural.

Espero que esta não seja mais uma medida semelhante a tantas que já foram tomadas, objetivando repetir aquilo que aconteceu com o primeiro pacote, com o "Plano Cruzado I", no sentido de continuar governando a Nação sob aplausos, aplausos forçados e aplausos que não contentam e não atendem ao interesse da maioria.

Quando sentia e ouvia atentamente os produtores rurais clamando, mas com algumas esperanças para o dia de hoje, eu certamente procurava ser realista, e procurava fazer uma análise consciente, de tal modo que não ficassem uma vez mais vivendo uma ilusão, achando que este governo, este poder constituído, que aí está seja capaz de resolver a situação daqueles que estão com problemas.

E falava isso com base no que vem acontecendo, pois nada mudou.

O que aconteceu até agora relacionado com o exercício do Poder Público, com a administração dos recursos públicos e que deveriam, portanto, atender ao público, nós do Partido dos Trabalhadores, temos o compromisso político de denunciar e de contestar.

Está cada vez mais claro e evidente que a destinação dos recursos públicos, canalizados por meio dos bancos oficiais, estão servindo ao interesse de uma minoria, especialmente de uma minoria que não precisa de ajuda do Poder Público como, muitas vezes, já foi dito por nós aqui desta tribuna.

Nós temos ciência dos fatos e podemos citar com conhecimento de causa as linhas especiais de crédito destinadas a desenvolver a agricultura e atender os produtores rurais deste Estado.

O Banco do Estado do Paraná já dispõe, há algum tempo, do crédito chamado MCR-18, que é um crédito subsidiado especialmente para atendimento dos pequenos produtores. É evidente que neste momento de crise, neste momento de falência, torna-se importante dispormos desse crédito para aliviar a situação aqueles pequenos produtores que ainda dispõem de boa vontade para continuar produzindo sem prejuízo, com um mínimo de ajuda do Poder Público e dos recursos públicos. A estas considerações devo acrescentar que me deparei com uma realidade tal que deve ser trazida a público neste Plenário, para que todos dela tomem conhecimento, especialmente visando o nosso empenho para que fatos deste tipo não aconteçam mais.

Desse modo, gostaria de provar como também neste Estado, com relação ao interesse público, existem cidadãos, existem produtores de primeira e segunda classes. Exatamente no mês de janeiro, numa época difícil quando não havia crédito para nada e quando os juros eram de 20, 30, 40% ao mês, no Município de Guarapuava, a agência local do BANESTADO dispunha de 20 milhões e meio de crédito para favorecer agricultores por meio do MCR-18.

E o que aconteceu ali? Nós encontramos um cidadão que, sozinho conseguiu, no dia 21 de janeiro, um empréstimo para comprar quase vinte e duas cabeças de gado e pô-las na Fazenda de Humaitá, de sua propriedade.

O cumprimento foi da ordem de 2 milhões de cruzados, 10% do total disponível na agência do BANESTADO em Guarapuava e foi concedido a um cidadão chamado Nivaldo Krüger, Prefeito de Guarapuava.

Então, Senhor Presidente, nobres colegas, enquanto nós, homens públicos, zeladores pela administração dos recursos públicos continuarmos admitindo que isso aconteça, enquanto nós não nos preocupamos em democratizar a distribuição dos recursos e fazer com que os recursos do povo sirvam aos interesses daqueles que mais precisam, e que, hoje, são a maioria em nossa sociedade, nunca teremos uma democracia, uma igualdade real e uma sociedade mais justa; e estaremos permitindo que situação de concentração de renda e de dominação, se agrave uma vez mais.

Portanto, é preciso se opor a fatos como esse, - de cujas provas e documentos que legalmente se justificam, mas moralmente não, não aconteçam mais, de ora em diante!

Muito obrigado Senhor Presidente.

Muito obrigado, nobres colegas.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PTB, se fará uso da palavra. (Declina)

Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB.

Falará o Deputado Raul Lopes, e na sequência, o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar de termos comemorado, em data de ontem, o Dia de Tiradentes, venho hoje a esta tribuna para, também, fazer uma saudação ao Brasil, ao Paraná, às Polícias Militares e à Polícia Civil.

(Lê): "Vinte e um de abril - Dia de Tiradentes".

Sob as diferentes roupagens do tempo, das circunstâncias e das pessoas, a história é cíclica. Os fatos, em essência, se

repetem.

Brasil, colônia do passado?

A metrópole portuguesa, em meados de 1.700, exauria nossas riquezas naturais, pouca coisa deixando aos aqui nascidos; desestimulando, ainda, seus alentos de liberdade.

Brasil do século XVIII, das idéias revolucionárias inspiradas na América, na França e no Iluminismo.

Tiradentes!

Boa tempera, caráter e virtudes!

Fruto de uma família decente, nobre de espírito, educação e berço.

De início, como dentista prático, aliviou a dor de seu semelhante. Mais tarde seguiu a profissão militar, fortalecendo o caráter e a vontade nos exercícios de pesado esforço físico e nos estudos das armas.

Profissão perigosa e de graves decisões. Servir a autoridade e proteger, do crime, a população.

Pertenciam à milícia das Minas Gerais, com sacrifícios, horas de vigília, trabalho estafante, para velar as estradas, dando segurança aos viajantes contra a sanha dos criminosos.

Cultura geral abrangente. Politicamente conscientizado, solidário com o sofrimento dos naturais da terra, e com os escravos, explorados e expoliados pelo governo português, o que chegou a lhe valer um processo.

Sonhos de igualdade, liberdade e fraternidade, contrastados com realidades duras, humilhantes e cruéis.

Disparidade entre os anseios dos Inconfidentes e a frieza dos fatos da época. Não lutava por privilégios, mas para libertar a Nação.

Sua consciência política, seu desespero pelo povo o levou ao supremo sacrifício. Malograram sua vida. Mas não suas idéias.

"Dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria..."

A profunda dor do processo, as longas noites indormidas, a solidão do cárcere lhe dobraram o espírito, nem lhe transtornaram a mente. Aumentaram a tempera e a luz de seu caráter firme e forte.

Assumi, o que disse e o que fez. Não apenas de seus próprios atos, mas também os dos companheiros de desdita.

Jamais renegou seus ideais de liberdade.

Sabia que o sacrifício de sua vida alimentaria a chama de libertação da pátria, que iria manter nos corações de seus semelhantes o sonho de um Brasil soberano e forte.

Embora tenha havido a Independência, embora se tenha cristalizado a República, ainda em pleno Século XX, não temos a rea-

lização completa de nossos objetivos.

Antes, tínhamos uma metrópole a nos explorar. E hoje?

Quantas, em nome da interdependência das Nações nos expoliam?

Quantas metrópoles nos sugam?

Quantos milhões de subnutridos havia no Brasil sob o jugo de Portugal?

Quantos milhões de menores carentes e abandonados existiam?

Que fizemos de nossa Pátria?

A classe média de hoje não vive a insegurança dos brasileiros de então?

Não paga esta classe laboriosa e educada, pesados tributos, que numa química cruel, é dirigida aos Países do norte e do além-mar?

Liberdade e soberania não são dadas com o beneplácito das metrópoles. Conquistam-se na luta diária.

É necessário fortalecer o espírito.

Precisamos de seriedade, ordem, trabalho, sem o que não há prosperidade e progresso.

Sem servilismos. Sem sociedades leoninas.

O País é rico, a Nação é pobre.

Quantos povos abastados e poderosos não dariam para ter um território como o nosso?

É uma maldição que tenhamos a necessidade de evocar nossos heróis para lembrar nossos deveres, a meta, o caminho a seguir.

"Se todos quisessem, poderíamos fazer do Brasil uma grande Nação".

É a voz de Tiradentes, que por duzentos anos ecoa do passado e se projeta no futuro.

Já não é necessário ir ao extremo de uma revolução sangrenta. Temos todo o povo ao nosso lado.

É preciso que haja uma consciência nacional, da qual participem efetivamente todos os brasileiros.

É necessária a reunião de todos para se construir uma grande Nação.

Mas, como poderemos construí-la com idéias alienígenas, pejudicadas de ódio e de luta fratricida?

Idéias de abandono do respeito à dignidade da pessoa humana e da solidariedade social?

Luta de classes. Por que não fraternidade de classes?

Por que não a busca de um objetivo comum?

Onde está a inteligência com que nos dotou o Criador?

É preciso um pacote de doutrinas exóticas e preparadas a soldo de excusos interesses para nos convencer do óbvio, de que é nosso dever fundamental melhorar as condições dos pobres e humildes?

As palavras perderam sua força ou os

homens seus ideais?

É tão difícil assim orientar a Nação na construção de um Estado que se volte para a segurança e o bem-estar social, sem ódios, e fundamentado no respeito aos homens às leis?

Aqueles que não acreditam no poder das idéias e do trabalho, que gritam contra o Governo, precisam saber que a solução para os problemas econômicos, políticos e sociais, não é fácil, há avanços e recuos, mas necessariamente, deve passar pelos cânones da ética, do solidarismo, do respeito ao povo e aos menos favorecidos.

Apesar de tudo, ainda estamos otimistas.

O Governo de hoje, como o Protomártir da Independência, não pretende que a excessiva prosperidade e a riqueza de outras Nações se faça às custas de uma condição de vida indigna de milhões de brasileiros.

Que Lázaro possa comer o pão de cada dia com o suor do seu rosto.

Que o banquete dos ricos não os intoxique pela inconsciência dessas verdades. Isto porque em todos os níveis e segmentos há pessoas cuja dimensão humana e fraterna merecem nossa consideração.

A felicidade e o bem-estar de uma pessoa não se constrói sob o determinismo da ruína de outra.

Devemos ter fé nos homens sérios e honrados deste País. Coação legal se faça a todos aqueles que exploram o povo em busca de privilégios incomuns, e que como vendilhões da pátria a troquem por interesses pessoais. Não se pode fugir da verdade!"

Nas palavras de Thiago de Mello, tomou posse nosso governador, asseverando que "a partir de agora passa a valer a verdade". Não sonhemos utopias, mas não sejamos pessimistas. Contrariar os interesses inconfessáveis dos fortes tem o seu tributo de ameaças e perigos.

Nada deterá o homem honrado.

O preço é baixo quando com isto se pode comprar a dignidade das gerações futuras.

A força do caráter de Tiradentes é a firmeza da rocha sobre a qual edificaremos nossas ações e ideais.

Ideais de todos os brasileiros que, unidos pelo trabalho e com fé no futuro, têm o dever de construir uma grande Nação.

Nossos filhos e as gerações vindouras esperam isto de nós!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n. 02/71, abre prazo por três (03) dias consecutivos, a contar do dia 22 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n. 40/87, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan e outros.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

A ORDEM DO DIA DE HOJE SERÁ DEDICADA AO TRABALHO DAS COMISSÕES.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 126/85, de autoria do Deputado José Antônio Fonseca, que cria o Município de Diamante d'Oeste, com território desmembrado do Município de Matelândia e divisas que especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, que dispõe que, no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Erondy Silvério, Ezequias Iosso, Pedro Tonelli, Basílio Zannusso e Antônio Belinati, na qualidade de Líderes do PMDB, PTB, PL, PT, PFL e PDT, constante do expediente, solicitando a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para o estudo do Projeto de Lei n. 40/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 37/87, que dispõe que, no período de 01.05.87 a 31.12.88, os atos e documentos relativos à identidade civil de pessoas com mais de dezessete anos, ficam isentos da Taxa de Segurança. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Percy Bostelmann (Sérgio Fraga) ocorrido no dia 19 de abril do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Comunicações, encarecendo providências no sentido de proibir as propagandas de cigarros e bebidas nos

canais de televisão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento ligando a PR-281 à localidade de Flor da Serra, passando pelo Distrito de Ouro Verde (Município de São João). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro dos Transportes, no sentido de manifestar o desagrado do povo do Paraná face às medidas recentemente anunciadas da construção da Ferrovia que interligará os Estados de Goiás ao de Maranhão, em detrimento da "Ferrovia da Produção", no Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o município de São João ao Distrito de Dois Irmãos, no mesmo Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Vila Paraíso (Município de São João), ao recém-criado município da Sede Sulina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o levantamento topográfico e consequente pavimentação asfáltica dos Distritos de Jardim Paredão à localidade Cerâmica e São José à localidade Pé de Galinha, ligando-os à Rodovia Altônia Pérola. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a construção de armazéns destinados à estocagem da produção de café e outros cereais do município de Altônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Esportes, encarecendo a liberação de recursos que serão destinados à construção de um campo de futebol no município de Kalloré. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DNER providências para a conclusão do acostamento da BR-376 - Rodovia do Café, situado entre o quilômetro 234 ao 248. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo gêneros alimentícios para serem distribuídos pelo Posto de Saúde do Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.P., no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Estadual da L.B.A., encarecendo auxílio financeiro para a Creche Jesus Menino, no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, com apoio do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a dispensa das demais Comissões, do Projeto de Lei n.32/87, e a inclusão do mesmo na Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho que liga o município de Cianorte ao Distrito de Vidiagal, numa extensão de 12 Km. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, quero comunicar a Vossa Excelência, para que sejam feitas as devidas anotações, que estamos indicando o nome do Deputado Algaci Túlio para a Comissão da Usina de Salto Segredo, que vai apurar o empréstimo da mesma Usina e o nome do Deputado Valderi Mendes Vilela para a Comissão que vai oferecer Emendas à Constituição.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Será anotado o seu pedido. E solicito ao Senhor Deputado que faça por escrito essa sua indicação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um poço artesiano, na sede do Distrito de Goioxim, município de Cantagalo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e ao Líder do Governo na Câmara Federal, manifestando nosso apoio à Carta e ao documento encaminhado pelos Diretores da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, bem como a transcrição nos Anais desta Assembléia, da carta elaborada por estes Diretores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado Secretário das Finanças, Presidente do Banestado e Presidente do Banco Central do Brasil, encarecendo a implantação de uma agência do BANESTADO, no Distrito de Lidianópolis, no município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Patrono da Polícia Civil do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia de Tiradentes", Patrono da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senador Affonso Camargo, pelo posicionamento assumido em relação à Ferrovia da Produção. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da FEBRABAN - Federação Brasileira dos Bancos - manifestando o apoio desta Casa às reivindicações dos agricultores que solicitam a prorrogação por 120 dias das condições prevalentes na vigência da Resolução n.1.131 do Banco Central (10% de juros anuais, sem correção monetária). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR S/A, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico, tipo orelhão, na Vila São Francisco, no município de Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho de Bandeirante ao Distrito de Dr. Oliveira Castro, no Município de Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Diretoria da Sociedade Rural do Paraná, pelo êxito da 27.^a Exposição Agropecuária e Industrial, do Município de Londrina.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o Estado do Paraná estar extinguindo sua participação no Instituto Politécnico do Boqueirão, transferindo-o para a responsabilidade do Governo Federal, e extinguindo o primeiro grau ali existente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente e Secretário desta Casa, encarecendo informações quanto ao número de médicos e dentistas contratados pela Casa, suas especialidades, horários de atendimento, data de contratação e seus salários.- **À Mesa Executiva, através do Sr. 1.º Secretário.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sua designação por esta Assembléia, para desempenhar missão temporária de caráter cultural, na Cidade de Nishinomiya, no Japão, entre os dias 29 de abril a 20 de maio do corrente ano.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando a impugnação do requerimento do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, com escopo de recurso contra ato desta Presidência da CCJ. À Procuradoria.

Face à aprovação do requerimento do Deputado Caíto Quintana, que transforma a Assembléia em Comissão Geral para estudo do Projeto de Lei n. 40/87, ficam designa-

dos os Relatores: o Deputado Caíto Quintana, quanto ao aspecto constitucional; o Deputado Algaci Túlio, quanto ao aspecto financeiro e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quanto ao aspecto segurança.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para quarta-feira, dia 22, às 17:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Ângelo Planas. E uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis n. 40/87 e 32/87.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 298/86; e do Projeto de Resolução n. 02/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HAROLDO FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE ABRIL DE 1987.

Excelentíssimo Senhor
Deputado HAROLDO FERREIRA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Transcrevo abaixo, a íntegra da carta que os Diretores da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária encaminharam ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Dr. Roberto Santos, bem como o documento "UMA DÚZIA DE RAZÕES PARA A EXONERAÇÃO DO MINISTRO DA SAÚDE - ROBERTO SANTOS":

Senhor Ministro:

Nós, diretores das divisões nacionais de vigilância sanitária da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, abaixo-assinados, CONSIDERANDO que:

1. A atual condução política do Ministério da Saúde se afasta cada vez mais do programa de saúde do PMDB e dos compromissos assumidos pelo Governo da Nova República com a saúde da população brasileira, compromissos esses com os quais estamos plenamente identificados e que motivaram nossa decisão de assumir a SNVS há 2 anos atrás.

2. Diante da impossibilidade de dar prosseguimento à atual política nacional de vigilância sanitária de defesa intransigente da saúde da população brasileira que neste período ajudamos a construir.

3. Solidários que somos aos companhei-

ros Suely Rosenfeld e Luiz Felipe Moreira Lima, recentemente demitidos por Vossa Excelência, apresentamos, em caráter irrevogável, nossa demissão dos cargos de confiança abaixo relacionados:

ANDRÉ LUIZ GEMAL - Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Saneantes e Domissanitários

ANTONIO OSVALDO NUNES COUTINHO - Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos

ERIC JENNER ROSAS - Diretor da Divisão de Planejamento da SNVS

JOÃO BATISTA DE LIMMA FILHO - Chefe do Serviço de Registro e Cadastro da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos

LUCIANO WIRTH CHAIBUB - Diretor da Divisão Legal

LUIZ CARLOS WANDERLEY LIMA - Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras

SUELY BORDALO CRUZ BEZERRA - Diretora da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Cosméticos

"UMA DÚZIA DE RAZÕES PARA A
EXONERAÇÃO DO MINISTRO DA SAÚDE
ROBERTO SANTOS"

1- Liberou para consumo os sucos com alto teor de substâncias nocivas à saúde, contrariando a Legislação em vigor, que os especialistas do Ministério estavam fazendo cumprir.

2- Comprou, sem licitação, de empresa privada, cartilhas sobre controle da natalidade, de conteúdo contrário ao posicionamento do próprio Governo Federal.

3- Nomeou para o cargo de Coordenador de Comunicação Social uma pessoa que tem impedido aos jornalistas o livre acesso às informações sobre saúde.

4- Criou um Conselho Nacional de Saúde sem a participação das entidades representativas do setor, dos trabalhadores e dos usuários dos serviços de saúde.

5- Enfraqueceu a atuação do Ministério

no controle de qualidade do sangue e hemoderivados. Hoje, é cada vez maior o risco de contrair AIDS, sífilis, hepatites, malárias, etc., quando se necessita de uma transfusão de sangue.

6- Desarticulou o trabalho do Ministério na área de controle da infecção hospitalar, que matou Tancredo Neves e pode matar qualquer um de nós.

7- Extinguiu, arbitrária e precipitadamente, órgãos do Ministério, sem que isso implicasse em benefício para a estrutura de serviços, causando graves prejuízos pessoais e profissionais aos funcionários daqueles órgãos.

8- Tem privilegiado os interesses da indústria farmacêutica multinacional, mesmo colocando em risco a saúde da população brasileira.

9- Tem demonstrado subserviência ao Banco Mundial na condução de um acordo que, sem trazer benefícios à saúde da população, contribui para o aumento da dívida externa do País.

10- Tem atuado com negligência no combate às epidemias de dengue e febre amarela, ignorando as graves repercussões econômicas e sociais que as mesmas acarretam.

11- Tem conduzido o Ministério de forma contrária aos interesses de saúde da população brasileira, cerceando a atuação de centenas de profissionais comprometidos com aqueles interesses, chegando à demissão de dirigentes, sem qualquer justificativa.

12- Tem atuado em sentido contrário à concretização da reforma sanitária, aprovada por 5.000 participantes da 8.ª Conferência Nacional de Saúde, e endossada, recentemente, por todos os Secretários de Saúde dos Governos Estaduais eleitos em 15 de Novembro.

Pela exoneração do Ministro Roberto Santos;

Por Dirigentes comprometidos com a saúde do povo brasileiro;

Pela volta dos técnicos demitidos;

Pela saúde do povo brasileiro;

REFORMA SANITÁRIA JÁ.